

INFORMANDO

Por Lucas Rocha

Financiar o SUS universal sem tergiversar (LÍGIA BAHIA)

Apesar de uma parte de nossos representantes políticos temer contrariar supostas inclinações privatizantes das classes médias ou não ter compreendido o real valor de sistemas universais, as evidências são acachapantes: não ingressaremos no mundo desenvolvido sem um Sistema Único de Saúde para valer



A SINGULAR combinação de universal-particular, público-privado do sistema de saúde brasileiro subverte as classificações internacionais tradicionais. Ainda que sua realidade seja sempre mais complexa e, por vezes, muito menos descontinua do que as tipologias que pretendem explicá-la, o Brasil pode ser categorizado como um *outlierno* que se refere à organização de sistemas de saúde no mundo contemporâneo. Tal posição extravagante decorre da existência do SUS. A Constituição de 1988, ao promulgar o direito universal à saúde, distanciou-nos de vários países populosos e em desenvolvimento que não construíram sistemas públicos nacionais. Contudo, a formalização do direito à saúde não foi suficiente para romper definitivamente com o padrão segmentado herdado do seguro social.

É possível afirmar, sem mentir, que o Brasil possui um sistema universal de saúde, dotado de atributos similares aos de países desenvolvidos. Quem disser que abrigamos um mercado de planos privados de saúde vigoroso, semelhante ao dos Estados Unidos também não estará faltando com a verdade. O desenvolvimento simultâneo de dois subsistemas contraditórios não suscita reações de surpresa porque nos acostumamos a atribuir toda e qualquer estratificação à distribuição da população por faixas de renda. Assim, o encaixe natural entre o poder de pagar e a dimensão das redes assistenciais pública e privada deriva das estimativas sobre o tamanho das classes médias. A profusão de descrições da realidade rasas, mas convincentes e não de todo destituídas de substrato real, sobre a conformação das instituições de atenção à saúde traçam um panorama simplificado, no qual aos ricos e pobres correspondem dicotomicamente serviços privados e públicos. A ausência da política, das bases nas quais se assenta o poder, nessas narrativas, esconde as engrenagens coletivas e estatais que organizam os modernos sistemas de saúde.

A saúde pública é contemporânea à industrialização. Embora a humanidade tenha desenvolvido sofisticados modelos explicativos a respeito do processo saúde-doença e meios para intervir sobre as enfermidades, os avanços relacionados ao controle de riscos, precisão dos diagnósticos e efetividade das terapias acompanharam a consolidação dos Estados modernos, especialmente os Estados de bem-estar social. Foi exatamente porque a saúde se politizou, no sentido de se tornar objeto da ação estatal, que os sistemas nacionais de saúde puderam se desenvolver e dinamizar o complexo industrial setorial. Medicamentos, equipamentos, vacinas e outros insumos são requeridos e pesquisados pelas amplas redes de serviços criadas em função da socialização dos riscos à saúde.

Essa digressão é necessária por dois motivos. Em primeiro lugar, para acentuar a importância da denominada desfamiliarização dos cuidados e assistência à saúde.¹ O trabalhador assalariado – doente, gestante, acidentado ou velho – afastado da atividade laboral não poderia manter-se e reproduzir sem o apoio de benefícios e serviços dos seguros sociais. O segundo feixe de justificativas para revisitar o passado diz respeito ao acionamento do mesmo dispositivo que apaga da paisagem os alicerces políticos do sistema de saúde para atribuir os avanços da medicina exclusivamente a grandes invenções obtidas em fantásticos laboratórios, desconectando-as das instituições estatais que as estimulam.

Por isso, é imprescindível tomar como ponto de partida para avaliar o atual sistema de saúde no Brasil a situação pré- Constituição de 1988. A Previdência Social, que vinha ampliando progressivamente a cobertura de seus benefícios, era naquela altura responsável pelo atendimento à saúde de cerca de 60% da população. Os elegíveis ao seguro social estavam vinculados ao mercado formal de trabalho e consequentemente residiam nas regiões Sudeste e Sul. As disparidades nos indicadores de saúde entre regiões, cidades e mesmo bairros de um mesmo município e os problemas de fraudes decorrentes da dinâmica de compra de serviços expressavam os resultados de um modelo de desenvolvimento autoritário e concentrador. As instituições responsáveis por quem não tinha carteira de trabalho eram o Ministério da Saúde e secretarias de saúde.

Com base no diagnóstico da inviabilidade de preservar um sistema fragmentado com duplicidade de atribuições ministeriais e sob o lema “democracia é saúde”, intelectuais, técnicos e entidades de profissionais de saúde

e do movimento social levaram à Constituição o debate sobre o projeto de Reforma Sanitária Brasileira, o qual procurou articular as duas dimensões da saúde: estado vital e sistema de saúde, sob a perspectiva de disputar a hegemonia com projetos racionalizadores e romper com acepções e práticas de mercadorização da doença e da vida. O SUS – componente assistencial da Reforma Sanitária, compreendido como um processo de construção técnica e política – seria uma das chaves para alterar o predomínio de interesses privatizantes e responder às pressões de outros grupos sociais, especialmente os segmentos populacionais não abrangidos pela Previdência Social em favor da responsabilização de prestação de serviços pelo Estado.²

A elevação da saúde à condição de direito de cidadania foi uma importante conquista da Constituição de 1988. A inclusão da saúde no capítulo da seguridade social e a vinculação do financiamento do SUS a um orçamento compartilhado com a Previdência e a Assistência Social, acrescido por duas novas fontes de receita (a Cofins e a CLSS), certamente contribuíram para adjetivá-la cidadã. O que ocorreu logo depois é fácil lembrar. A declaração de Sarney sobre a inviabilidade de governar o país com a Constituição recém-aprovada prenunciou contradições entre o texto constitucional e a natureza das políticas sociais dos governos que o sucederam.

A onda liberal

Desde a vitória de Collor, a modernidade liberal se impôs mais intensamente. As diversas reformas pautadas no tripé estabilização, privatização do patrimônio estatal e abertura comercial promoveram uma radical transformação no papel estratégico do Estado.³ Embora o texto constitucional tenha resistido às propostas destinadas a suprimir ou relativizar a garantia do direito universal à saúde, o descrédito de autoridades governamentais na necessidade de efetivar um sistema de saúde público, abrangente e qualificado, acompanhado por uma dieta de fome de recursos financeiros, mitigou a transposição do direito formal ao real. Mesmo assim, a universalização, para determinadas ações de saúde, saiu do papel. Uma das primeiras e notórias realizações do novo sistema de saúde foi garantir o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento para todos os expostos ao HIV/aids. Contudo, o tráfego na contramão da agenda nacional e internacional atrasou e cerceou a criação do SUS constitucional.

Entre avanços e impasses, a garantia do direito à saúde ficou no meio do caminho. Passamos pela etapa dos discursos que estendiam automaticamente os efeitos benéficos do programa Bolsa Família aos problemas de saúde, por momentos de euforia em relação às promessas de privatização e descobertas da gestão como bálsamo infalível para consertar a saúde pública. Enquanto isso, a União retraiu aportes para o SUS. Entre 1980 e 2008, a participação do governo federal diminuiu de 75% para 46% no total dos gastos públicos. Nem o significativo incremento da receita corrente da União deteve a tendência de queda das despesas federais com saúde. A ultrapassagem de gastos com pessoal do Ministério da Fazenda em relação aos do Ministério da Saúde em 2004 sinaliza a corrosão do subfinanciamento, inclusive nas bases organizacionais do SUS.

Para efetivar o SUS, o Brasil deveria ter expandido a rede de serviços e, necessariamente, o financiamento para a saúde pública. Ocorreu o contrário: políticas fiscais incentivaram a privatização da assistência. Hoje, temos um sistema público subfinanciado e um sistema privado dependente da expansão dos vazamentos (nunca explicitados) de recursos públicos. Os gastos para quem está vinculado a planos são pelo menos três vezes maiores do que para o restante da população.

Junto com a ascensão dos brasileiros a classes superiores de renda e o aumento da busca de vinculação a planos privados vieram filas, profissionais da saúde que “não olham na cara” dos pacientes, dificuldades para discernir no emaranhado de guias de autorização de procedimentos quem é responsável pelo quê – problemas anteriormente considerados apanágio do SUS contaminaram empresas privadas que arrogavam deter excelência na gestão. Tornou-se difícil distinguir as críticas aos planos de saúde daquelas dirigidas ao SUS. As greves de médicos contra planos de saúde, a contratação de falsos profissionais em hospitais, o uso de medicamentos adulterados, as empresas de ambulâncias movidas a propina e as burocracias de organizações privadas tão ou mais insensíveis e menos profissionalizadas do que as públicas denunciam os limites estruturais da segmentação do sistema de saúde.

Quem acompanha esses nítidos sinais de esgotamento das instituições públicas e privadas fica com a impressão de que o sistema de saúde brasileiro bateu no teto. O escanteamento da saúde na agenda governamental, recursos financeiros insuficientes para alavancar a extensão de coberturas do SUS e o estímulo à demanda e oferta de planos de saúde baratos e com restrição de coberturas agravam a crise. A saída encontrada para atender novos clientes de planos de saúde tem sido a abertura de duplas portas em hospitais da rede SUS. A devolução de pacientes cobertos por esquemas assistenciais privados ao Estado sugere que o rei está nu!

Apesar de uma parte de nossos representantes políticos temer contrariar supostas inclinações privatizantes das classes médias ou não ter compreendido o real valor de sistemas universais, as evidências são acachapantes: não ingressaremos no mundo desenvolvido sem um SUS para valer. Um sistema de saúde segmentado e fragmentado turbinado injustiças, discriminações e privilégios. Enquanto o padrão de atendimento aos problemas de saúde ainda depender do status social herdado ou de espertezas e maracutaias, os critérios republicanos não vão se impor: um

país no qual a gravidade das condições clínicas, e não a capacidade de pagamento, determina a ordem do atendimento protege com mais eficiência e eficácia a saúde de todos os cidadãos.

Tarefa inadiável

Portanto, apostas baixas e dúbias não são respostas adequadas ao enfrentamento dos cruciais problemas de saúde. Conquistar mais recursos para o SUS e gastá-los bem é uma tarefa inadiável. Em termos de proporção do PIB, os gastos com saúde somam, atualmente, cerca de 8,5%. Se alcançarmos 10%, estaremos a princípio pareados com países que possuem amplos sistemas de proteção social. Mas não é só nos gastos totais que se percebe o problema da carência de recursos para o SUS. O obstáculo adicional são as proporções privadas e públicas das despesas. No Brasil, apenas 45% são gastos públicos e, nos países onde há sistemas universais, as parcelas dos investimentos públicos situam-se sempre acima de 70% do total.⁴ Perante esse duplo desafio, é essencial reafirmar o SUS como vetor de desenvolvimento social. O que tem de ser levado em conta é a importância de efetivação de um sistema universal em um país marcado por fortes desigualdades sociais. Consequentemente, a padronização de direitos perante as pressões das indústrias setoriais referentes à incorporação de novas tecnologias depende de políticas sistêmicas que articulem atenção à saúde com políticas industriais e de desenvolvimento científico e tecnológico.

Até aqui os embates sobre financiamento do SUS ficaram reduzidos a uma polêmica sobre o aumento da carga tributária. O desacoplamento do projeto de regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 (EC-29) da criação de uma contribuição específica (CSS) permitirá a substituição da discussão plebiscitária sobre o sim ou não a uma contribuição social pela discussão do SUS que queremos e podemos ter. Trata-se de buscar alternativas que procurem manter a coerência dos objetivos do SUS com a natureza das receitas e a quantidade de recursos para viabilizá-lo, trazendo para o centro da formulação de políticas a análise das bases de financiamento previstas pela Constituição.

Antes de sair tirando coelho da cartola é preciso examinar acuradamente as possibilidades de reorientação das receitas do orçamento da seguridade social. As fontes destinadas originalmente para o financiamento da saúde, em função de características de relativa progressividade da incidência de tributos sobre o faturamento e o lucro, são coerentes com a universalização. As possibilidades de mobilizar as atuais contribuições sociais para que a União aumente o aporte de recursos para o SUS – seja por meio da desoneração dessas receitas da incidência da Desvinculação de Recursos da União (DRU), que extrai uma parcela do orçamento da seguridade em observância aos ditames do ajuste fiscal, seja mediante a destinação de uma maior parcela dessas fontes à saúde ou ainda em função de aumento de alíquotas – devem ocupar lugar de destaque no equacionamento do financiamento do SUS.

Só conseguiremos escapar do dilema fiscal sintetizado na contradição entre a crescente carga tributária e impacto negativo na saúde se alargarmos as bases de financiamento do SUS e reduzirmos os vazamentos fiscais à privatização da saúde. A experiência com as brigas em torno da CPMF ensinou que a alocação de mais recursos para a saúde pública é antes uma questão de prioridade política do que de criação de uma fonte específica de recursos. Aprendemos ainda que botar os termos do debate de cabeça para cima auxilia a compreensão da complexidade das decisões envolvidas com o financiamento do SUS. O que estamos pleiteando é o direito à saúde, a melhoria das condições de vida e de saúde e o atendimento oportuno, digno e resolutivo. O financiamento e a qualidade dos gastos são meios essenciais para o alcance desses objetivos. A conversa sobre o SUS não se inicia nem termina no financiamento.

Um sistema de saúde degradado, pobre para pobres, adultera o nome e sobrenome de batismo do SUS constitucional. Não erradicaremos a miséria e a pobreza enquanto nos situarmos entre os países com maior PIB e nossos indicadores específicos sinalizarem a perseverança de profundas iniquidades na exposição aos riscos e no acesso e utilização de ações e serviços de saúde. Sobre a mesa de negociações da regulamentação da EC-29 serão apresentados interesses e valores políticos, simbólicos e financeiros. Esforços concentrados em torno de concepções sobre a indissociabilidade do financiamento com a ampliação do direito à saúde aumentam as chances de aprovar no Senado uma regulamentação baseada na projeção de um SUS cujos tamanho e qualidade se ajustem às necessidades de saúde e qualidade de vida das atuais e futuras gerações de brasileiros.

LÍGIA BAHIA é professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique**, novembro de 2011. Ilustração: Chiquinha.

1 Gosta Esping-Andersen, *Social foundations of postindustrial economies*, Nova York: Oxford University Press, 1999.

2 Jairnilson Paim, *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*, Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/Fiocruz, 2008.

3 Renato Boschi e Maria Regina Soares Lima, "O Executivo e a construção do Estado no Brasil: do desmonte da era Vargas ao novo intervencionismo regulatório". In: Luiz Werneck Vianna (org.), *A democracia e os três poderes no Brasil*, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ/FAPERJ, 2002.

4 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), *Agenda estratégica para a saúde no Brasil, 2011*. Disponível em www.saudeigualparatodos.org.br.

Entrevista - Reflexões sobre a "Cracolândia" (MAYSA RODRIGUES)

Seis anos depois do projeto Nova Luz, realizado no centro da cidade de São Paulo, o antropólogo Heitor Frúgoli Jr. discute os efeitos das políticas urbanas na região e outros temas relacionados à chamada "cracolândia"

ALÉM DE PROFESSOR do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), Heitor Frúgoli Jr. é coordenador do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC/ USP), que desde 2007 desenvolve uma pesquisa ainda em andamento no bairro paulistano da Luz, bastante evidenciado na mídia a partir de sua associação com o uso de crack e com a prostituição. Frúgoli ainda reúne em seu currículo os cargos de conselheiro do Condephaat (Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo), o qual integrou nos anos de 2002 e 2003; de professor visitante da Universidade de Leiden, na Holanda, em 2010; e de membro da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos.

Em entrevista exclusiva à revista Sociologia, o antropólogo relata as informações geradas pela pesquisa e discute aspectos levantados por ela, a exemplo da questão das políticas públicas urbanas para a região, da segregação espacial, da estigmatização vinculada ao uso de drogas ilícitas, além de elucidar outros conceitos vinculados à **Antropologia Urbana**.



Nos últimos anos, muito tem sido falado na mídia sobre os esforços de "revitalização" do centro de São Paulo. Quais foram as principais orientações das políticas públicas municipais voltadas para a região e quais as suas consequências para os grupos que ali estão?

Pelo menos desde meados da década de 1970 tem havido tentativas do poder público nesse sentido, com planos e intenções variadas. No início da década de 1990, a Associação Viva o Centro tentou difundir o léxico da "requalificação", além de se apresentar como uma espécie de interface entre poder público e sociedade civil. De um modo geral, dentre os grupos mais atingidos estão aqueles ligados ao comércio informal, as populações em situação de rua e os que ocupam edifícios do centro (a partir da inserção em movimentos sociais). Tais orientações variam conforme o partido no poder. **O projeto Nova Luz** ampliou isso de forma considerável, com demolições já realizadas e outras anunciadas, que passam a abarcar um número significativo de moradores e comerciantes.

Em seu artigo "Da cracolândia aos noias: percur os etnográficos no bairro da Luz" (2010), escrito em conjunto com Enrico Spaggiari, é defendido que o conceito de segregação espacial não seria plena - mente adequado para explicar as relações entre os grupos sociais na região da Luz, no centro de São Paulo. Que noções o conceito de segregação espacial encerra e por que não deveria ser aplicado nesse contexto?

O conceito de segregação, que em geral refere-se ao isolamento involuntário principalmente de residentes num determinado espaço (seja de "classes" ou de "etnias", a depender do contexto) tem uma longa história. O principal problema é trazer uma ideia de "guetificação" e de fixação territorial por vezes muito problemática. **Isaac Joseph** aponta a necessidade de incorporarmos em tal noção a ideia de circulação, a ser acompanhada pela necessidade da democratização de acessos (a equipamentos, serviços, às relações, etc.). Parece-me que a região da Luz remete bastante a esse tema, sobretudo pela grande quantidade de transeuntes, mesmo que estes não abranjam a totalidade de atores sociais e contextos do local.



Para muitos residentes, os usuários não são vistos como violentos. Para alguns agentes ligados ao campo da redução de danos, as condições nas quais os usuários estão situados seriam mais problemáticas que o uso em si da substância, mas não foi possível avançar empiricamente nessa questão, que é de todo modo polêmica

Antropologia Urbana » A Antropologia Urbana diz respeito a um campo de estudos da Antropologia Social que, apesar de apresentar uma multiplicidade de perspectivas, tem a cidade e as relações que nela ocorrem como objeto, de modo a estudá-las em sua especificidade e não como mero cenário contingente do mundo social moderno. Sua origem remete a uma série de escolas e de autores da tradição socioantropológica, com destaque para a chamada "Escola de Chicago" (que teve em Robert E. Park, Louis Wirth e Everett Hughes alguns de seus principais representantes), e para o sociólogo alemão Georg Simmel, que já discutia no século XIX algumas questões que antecipavam as reflexões sobre o urbano.

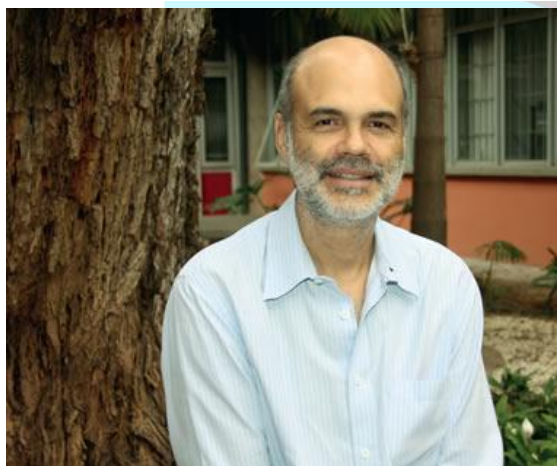


Projeto Nova Luz » O projeto Nova Luz foi iniciado pela prefeitura de São Paulo em 2005, na gestão de José Serra, e depois mantido pelo atual prefeito Gilberto Kassab. Sua atuação incide principalmente sobre a área delimitada pelas avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias, Cásper Líbero e Rua Mauá. Oficialmente prevê a "valorização dos prédios históricos, reforma das áreas livres públicas, criação de espaços verdes e de lazer e a melhoria do ambiente urbano da região".

Isaac Joseph » Foi um sociólogo francês e professor de Sociologia da Universidade de Paris X - Nanterre que se dedicou predominantemente às questões urbanas. Joseph, que é considerado um dos principais introdutores da Escola de Chicago na França, faleceu em 2004. Dentre suas principais obras estão Erving Goffman e a Microssociologia e O Transeunte e o Espaço Urbano.

Além disso, o senhor realiza uma abordagem crítica da ideia de "cracolândia", tanto a partir do reconhecimento da estigmatização como construção midiática, como pela ideia de "territorialidade itinerante". Em quais aspectos a etnografia realizada na região desmonta as principais ideias vinculadas ao local?

O uso do crack na região da Luz existe efetivamente e tem uma dimensão preocupante. Acontece que a ideia da cracolândia acabou por se impor como uma espécie de contraponto à ideia de se fazer ali um "bairro cultural". As noções de "revitalização" e "degradação" estão sempre conectadas. A grande imprensa ajudou a consolidar o estigma, ao chamar constantemente a Luz e seu entorno de "cracolândia", como se tudo ali se resumisse ao uso do crack. Uma das intenções da presente pesquisa foi justamente enfocar pessoas e agrupamentos que estão invisíveis nessa polarização recorrente. Outra intenção foi uma aproximação etnográfica dos usuários de crack (identificados em geral como "noias", já que a população se refere mais a eles do que ao território propriamente dito). Ao longo da nossa observação, iniciada em 2007, a repressão sobre tais usuários se intensificou, levando-os a uma circulação incessante e à delimitação de novos territórios, principalmente na região central, e mais recentemente, a outros bairros mais afastados do centro de São Paulo. Tal dispersão também prejudica o atendimento realizado por distintos agentes a parte desses usuários.



Acontece que a ideia da cracolândia acabou por se impor como uma espécie de contraponto à ideia de se fazer ali um "bairro cultural". As noções de "revitalização" e "degradação" estão sempre conectadas. A grande imprensa ajudou a consolidar o estigma, ao chamar constantemente a Luz e seu entorno de "cracolândia", como se tudo ali se resumisse ao uso do crack

Urbanização e políticas públicas - Até o final do século XIX, a intervenção estatal no espaço urbano brasileiro era bastante restrita, com destaque para pequenas regulamentações para as construções. A partir de então, com um notável aumento da concentração de pessoas nas cidades e com um consequente aumento da pobreza, as políticas públicas tornaram-se muito mais sensíveis para as questões do planejamento e da regulação urbana.

Ao mesmo tempo, um novo conjunto de saberes da medicina que relacionavam as epidemias com questões ambientais possibilita o aparecimento de uma série de técnicas de controle de doenças a partir da intervenção do poder público no espaço. As grandes reformas sanitárias no Brasil foram motivadas por essas questões. A partir dos anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas, destacase em São Paulo um primeiro plano de zoneamento com áreas exclusivamente residenciais, o que permite uma intensificação da segregação espacial. A partir da metade do século passado, o Rio de Janeiro e São Paulo já se constituem como grandes metrópoles e passam a ser encaradas como questões sociais, com a expansão

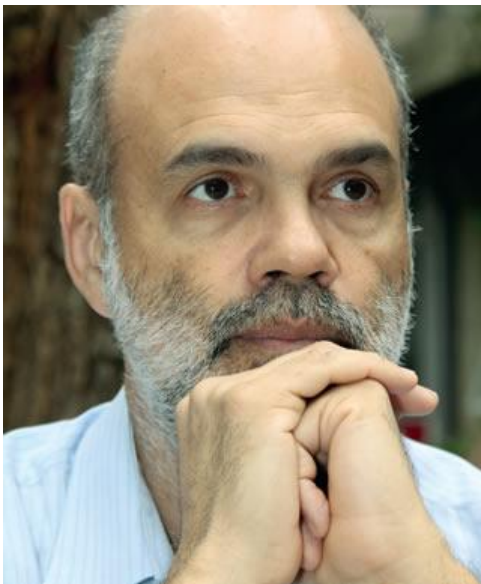
Prof. Lucas Rocha

de periferias, dentre outros problemas urbanos. A partir da redemocratização ficam evidentes os movimentos sociais que reivindicam um combate à desigualdade a partir de políticas públicas que beneficiassem as áreas de favelas e periferias.

Atualmente, está associada ao uso do crack uma imagem fortemente negativa de destruição, terror e violência. A observação etnográfica da Luz corresponde a essa visão geral? A partir das reflexões da Antropologia, quais outras perspectivas existem para se compreender a relação dos grupos com as drogas de uma forma menos estigmatizada?

O que se chama "cracolândia", no caso da Luz, envolve uma heterogeneidade de participantes. Uma parcela desses usuários termina por realizar roubos ou assaltos para dar conta da dependência do crack, e há certamente moradores que procuram evitar qualquer proximidade com eles. Mas é também possível perceber que para muitos residentes tais usuários não são vistos como violentos, com certos pactos envolvendo dívidas, acordos de vizinhança, etc. Para alguns agentes ligados ao campo da redução de danos, as condições nas quais os usuários estão situados seriam mais problemáticas que o uso em si da substância, mas não foi possível avançar empiricamente nessa questão, que é de todo modo polêmica.

Uma das intenções da presente pesquisa foi justamente enfocar pessoas e agrupamentos que estão invisíveis nessa polarização recorrente. Outra intenção foi uma aproximação etnográfica dos usuários de crack (identificados em geral como "noias", já que a população se refere mais a eles do que ao território propriamente dito). Ao longo da nossa observação, iniciada em 2007, a repressão sobre tais usuários se intensificou, levando-os a uma circulação incessante e à delimitação de novos territórios, principalmente na região central



Faz sentido pensar em uma "gentrification" a partir da "revitalização" da Luz?

O conceito de **gentrification**, que em português pode ser entendido como "enobrecimento", tende a definir de forma muito categórica um "antes" e um "depois", e a demarcar mudanças de composições sociais muito rígidas. Além disso, dizem respeito a intenções de determinadas intervenções, que muitas vezes nem ocorrem ou se dão apenas parcialmente, fixando-se por isso num plano mais discursivo.

O que é possível dizer sobre o papel das organizações não governamentais como mediadoras das redes que dizem respeito aos usuários de drogas presentes na Luz e às políticas públicas, a partir dos trabalhos etnográficos realizados? Quais outros atores merecem destaque?

No caso da Luz e seu entorno, há uma série de grupos e associações que estabelecem relações com usuários de crack, bem como com outros atores sociais marcados pela precariedade. A começar pelo próprio poder local, que tem concedido mais espaço ao uso do crack como questão ligada ao campo da saúde, mas que também organiza diversas práticas repressivas no bojo das ações ligadas às tentativas de instauração do projeto Nova Luz. Há também ações de grupos ligados ao campo da redução de danos; outras com alvos mais voltados a crianças e adolescentes; outras ainda com intenções religiosas (católicas, voltadas a mulheres em situação de prostituição, ou evangélicas, com outro rol de atendidos), etc. Nesse sentido, pode-se falar que o campo da chamada "cracolândia" termina por se definir por um conjunto de relações e mediações, articuladas por eles, mas também por outros envolvidos - policiais, seguranças privados, agentes ligados ao PCC, dentre outros.

Gentrification » É um conceito que diz respeito a formas de intervenção em alguma região urbana (seja ela realizada pelo poder público ou pela iniciativa privada) que acabam por promover uma valorização imobiliária daquele espaço. Normalmente, implicam na remoção dos habitantes originais da região, que são deslocados para uma área menos valorizada.

MAYSA RODRIGUES é jornalista e colaborou com esta publicação. E-mail: maysa.ccr@gmail.com. Revista **SOCIOLOGIA**, novembro de 2011.

Pós-11 de setembro: a guerra era a única opção? (NOAM CHOMSKY)

Noam Chomsky questiona se a guerra seria a única saída após o marco dos atentados de 11 de setembro

ESTE É o décimo aniversário das horríveis atrocidades do 11 de setembro de 2001. Dos ataques que mudaram o mundo, segundo a opinião geral. Não há dúvidas sobre o efeito dos ataques. Para se concentrar apenas na Ásia Central, digamos que o Afeganistão sobrevive, o Iraque está devastado e o Paquistão está próximo de um desastre que poderia ser catastrófico.



Em 10 de maio de 2011, o suposto cérebro desse crime, Osama Bin Laden, foi morto no Paquistão. As consequências mais imediatas e significativas também ocorreram no Paquistão. Se fala muito da ojeriza de Washington pelo Paquistão não ter entregue Bin Laden. Mas se tem falado pouco da raiva dos paquistaneses pelos EUA terem invadido o seu território para realizar um assassinato político.

O fervor antiamericano já havia se intensificado no Paquistão e esses eventos ajudaram a alimentá-lo ainda mais. Um dos maiores especialistas no Paquistão, o historiador Anatol Lieven, escreveu em *The Nation Interest*, de fevereiro, que a guerra do Afeganistão estava "desestabilizando e radicalizando o Paquistão, o que poderia causar uma catástrofe política para os Estados Unidos - e para o mundo inteiro - que diminuiria qualquer outra coisa que pudesse acontecer no Afeganistão". Em todos os níveis da sociedade, diz Lieven, os paquistaneses simpatizam de maneira esmagadora com os talibãs afegãos, não apenas porque querem, mas porque "os talibãs são considerados uma força legítima de resistência contra a ocupação estrangeira do país".

Os desastres possíveis se reforçam drasticamente pelo arsenal de armas nucleares no país, enorme e em rápida expansão, e pelo substancial movimento jihadista que existe no Paquistão. Tudo isto é legado do governo de Ronald Reagan. Os funcionários dessa época afirmaram que não sabiam que Zia ul-Haq, o mais cruel ditador militar do Paquistão, favorito de Washington, estava desenvolvendo armas nucleares e realizando um programa de islamização radical no Paquistão com financiamento saudita.

A catástrofe iminente, no fundo, é combinar esses fatos com o dos jihadistas colocarem a mão sobre o material físsil. Assim, poderíamos ver as armas nucleares, muito provavelmente as "bombas sujas", explodindo em Londres e Nova York. Lieven resume: "Soldados americanos e britânicos, na verdade, estão morrendo no Afeganistão para tornar o mundo mais perigoso para os povos britânicos e americanos. "Afeganistão e Paquistão - poderia desestabilizar o Paquistão e radicalizar.

Os documentos mais significativos do WikiLeaks publicados até agora são os da embaixadora americana em Islamabad Anne Patterson, que apoia as ações dos EUA no AfPak, mas adverte que "poderia desestabilizar o Estado paquistanês, ganhando a antipatia tanto do governo civil quanto da hierarquia militar e provocando uma ampla crise de governabilidade no Paquistão."

Numerosos analistas notaram que Bin Laden teve alguns grandes sucessos em sua guerra contra a América. Como escreve Eric S. Margolis na edição de maio de *The American Conservative*, Bin Laden "disse repetidas vezes que a única forma de expulsar os EUA do mundo muçulmano era atrair os americanos a uma série de pequenas guerras, mas custosas, a fim de deixá-los à falência".

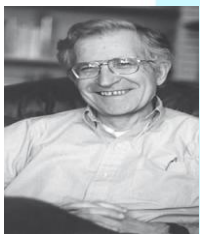
Após os ataques de 11 de setembro, ficou claro que Washington parecia inclinado a satisfazer os desejos de Bin Laden. Em seu livro de 2004, *Imperial Hubris*, Michael Scheuer, analista sênior da CIA que tinha rastreado Osama Bin Laden desde 1996, disse: "Bin Laden foi muito preciso em dizer à América as razões para realizar a guerra. Ele

está determinado a alterar radicalmente as políticas dos EUA e do Ocidente em relação ao mundo islâmico", e em grande medida, alcançou seu objetivo.

Ele continua: "As forças armadas e as políticas dos EUA estão levando a cabo a radicalização do mundo islâmico, algo que Osama Bin Laden vem tentando fazer com sucesso substancial desde o início dos anos noventa". Por isso, eu penso que é justo concluir que os Estados Unidos da América continuam a ser o único aliado indispensável de Bin Laden. "E poderíamos dizer que, mesmo após sua morte, as coisas permanecem assim".

A sucessão de horrores ocorridos na última década leva à questão: havia alternativa para a resposta do Ocidente para os ataques de 11 de setembro? Na época da sua morte, Bin Laden já era uma presença apagada e, nos meses anteriores, foi ofuscado pela Primavera Árabe. Seu papel no mundo árabe foi captado pela manchete de um artigo de Gilles Kepel, um especialista em Oriente Médio, publicado no *The New York Times*: "Bin Laden já estava morto".

Dentro do movimento jihadista, Bin Laden foi certamente um símbolo reverenciado, mas aparentemente não desempenhou um papel importante na Al Qaeda. Os fatos mais óbvios e elementares sobre essa década provocam reflexões sombrias quando consideramos o 11 de setembro, as suas consequências e o que elas anunciam para o futuro.



(Este artigo é adaptado de 11/09: houve uma alternativa?, editado por ocasião do décimo aniversário de 11/09, de Noam Chomsky, recentemente publicado pela Seven Stories Press.)

NOAM CHOMSKY escreve mensalmente para o *The New York Times* e é professor emérito de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em Cambridge. **Revista FILOSOFIA, novembro de 2011.**

Se queremos mudar o mundo, vamos entendê-lo (NOAM CHOMSKY)

O aspecto mais digno de entusiasmo do movimento Ocupa Wall Street é a construção de vínculos que estão se formando em toda parte. Karl Marx disse: a tarefa não é somente entender o mundo, mas transformá-lo. Uma variante que convém ter em conta é que, se queremos com mais força mudar o mundo, vamos entendê-lo. Isso não significa escutar uma palestra ou ler um livro, embora essas coisas às vezes ajudem. Aprende-se a participar. Aprende-se com os demais. Aprende-se com as pessoas com quem se quer organizar.

DAR UMA conferência Howard Zinn é uma experiência agri-doce para mim. Lamento que ele não esteja aqui para tomar parte e revigorar um movimento que foi o sonho de sua vida. Com efeito, ele pôs boa parte de seus ensinamentos nisso. Se os laços e associações que se estão estabelecendo nesses acontecimentos notáveis puderem se sustentar durante o longo e difícil período que os espera – a vitória nunca chega logo, os protestos do Ocupar Wall Street poderão representar um momento significativo na história estadunidense.

Nunca tinha se visto nada como o movimento Ocupa Wall Street, nem em tamanho nem em caráter. Nem aqui nem em parte alguma do mundo. As vanguardas do movimento estão tratando de criar comunidades cooperativas que bem poderiam ser a base de organizações permanentes, de que se necessita para superar os obstáculos vindouros e a reação contra o que já está se produzindo.

Que o movimento Ocupem não tenha precedentes é algo que parece apropriado, pois esta é uma era sem precedentes, não só nestes momentos, mas desde os anos 70. Os anos 70 foram uma época decisiva para os Estados Unidos. Desde a sua origem este país teve uma sociedade em desenvolvimento, não sempre no melhor sentido, mas com um avanço geral em direção da industrialização e da riqueza.

Mesmo em períodos mais sombrios, a expectativa era que o progresso teria de continuar. Eu tenho idade o suficiente para recordar da Grande Depressão. De meados dos anos 30, quando a situação objetivamente era muito mais dura que hoje, e o espírito bastante diferente. Estava-se organizando um movimento de trabalhadores militantes – com o Congresso de Organizações Industriais (CIO) e outros – e os trabalhadores organizavam greves e operações padrão a ponto de quase tomarem as fábricas e as comandarem por si mesmos.

Devido às pressões populares foi aprovada a legislação do New Deal. A sensação que prevalecia era que sairíamos daqueles tempos difíceis. Agora há uma sensação de desesperança e às vezes desespero. Isto é algo bastante novo em nossa história. Nos anos 30, os trabalhadores poderiam prever que os empregos iriam voltar. Agora, os trabalhadores da indústria, com um desemprego praticamente no mesmo nível que durante a Grande Depressão, sabem que, se as políticas atuais persistirem, esses empregos terão desaparecido para sempre.

Essa mudança na perspectiva estadunidense evoluiu a partir dos anos 70. Numa mudança de direção, vários séculos de industrialização converteram-se numa desindustrialização. Claro, a manufatura seguiu, mas no exterior; algo muito lucrativo para as empresas mas nocivo para a força de trabalho. A economia centrou-se nas finanças. As instituições financeiras se expandiram enormemente. Acelerou-se o círculo vicioso entre finanças e política. A riqueza

passou a se concentrar cada vez mais no setor financeiro. Os políticos, confrontados com os altos custos das campanhas eleitorais, afundaram profundamente nos bolsos de quem os apoia com dinheiro.

E, por sua vez, os políticos os favoreciam, com políticas favoráveis a Wall Street: desregulação, transferências fiscais, relaxamento das regras da administração corporativas, o que intensificou o círculo vicioso. O colapso era inevitável. Em 2008, o governo mais uma vez resgatou as empresas de Wall Street que eram supostamente grande demais para quebrarem, com dirigentes grandes demais para serem encarcerados. Agora, para 10% de 1% da população que mais se beneficiou das políticas recentes ao longo de todos esses anos de cobiça e enganação, tudo vai muito bem.

Em 2005, o Citigroup – que certamente foi objeto em ocasiões repetidas de resgates do governo – viu o luxo como uma oportunidade de crescimento. O banco distribuiu um folheto para investidores no qual os convidava a investirem seu dinheiro em algo chamado de índice de plutonomia, que identificava as ações das companhias que atendessem ao mercado de luxo.

Líderes religiosos, principalmente da comunidade de negros, cruzaram a ponte do Brooklyn no último domingo com lonas e tendas para entregá-las aos membros do movimento Ocupar Wall Street que estão acampados no coração econômico da cidade de Nova York. O mundo está dividido em dois blocos: a plutocracia e o resto, resumiu. Estados Unidos, Grã Bretanha e Canadá são as plutocracias-chave: as economias impulsionadas pelo luxo.

Quanto aos não ricos, às vezes se lhe chamam de precariado: o proletariado que leva uma existência precária na periferia da sociedade. Essa periferia, no entanto, converteu-se numa proporção substancial da população dos Estados Unidos e de outros países. Assim, temos a plutocracia e o precariado: o 1% e os 99%, como se vê no movimento Ocupem. Não são cifras literais mas sim, é a imagem exata.

A mudança história na confiança popular no futuro é um reflexo de tendências que poderão ser irreversíveis. Os protestos do movimento Ocupem são a primeira reação popular importante que poderão mudar essa dinâmica. Eu me detive nos assuntos internos. Mas há dois acontecimentos perigosos na arena internacional que ofuscam todos os demais. Pela primeira vez na história há ameaças reais à sobrevivência da espécie humana. Desde 1945 temos armas nucleares e parece um milagre que tenhamos sobrevivido. Mas as políticas do governo Barack Obama estão fomentando uma escalada. A outra ameaça, claro, é a catástrofe ambiental. Por fim, praticamente todos os países do mundo estão tomando medidas para fazer algo a respeito. Mas os Estados Unidos estão regredindo.

Um sistema de propaganda reconhecido abertamente pela comunidade empresarial declara que a mudança climática é um engano dos setores liberais. Por que teríamos de dar atenção a esses cientistas? Se essa intransigência no país mais rico do mundo continuar, não poderemos evitar a catástrofe.

Deve fazer-se algo, de uma maneira disciplinada e sustentável. E logo. Não será fácil avançar. É inevitável que haja dificuldades e fracassos. Mas a menos que o processo esteja ocorrendo aqui e em outras partes do país e de todo o mundo continue crescendo e se converta numa força importante da sociedade e da política, as possibilidades de um futuro decente são exíguas. Não se pode lançar iniciativas significativas sem uma ampla e ativa base popular. É necessário sair por todo o país e fazer as pessoas entenderem do que se trata o movimento Ocupar Wall Street, o que cada um pode fazer e que consequências teria não fazer nada. Organizar uma base assim implica educação e ativismo. Educar as pessoas não significa dizer em que acreditar; significa aprender dela e com ela.

Karl Marx disse: a tarefa não é somente entender o mundo, mas transformá-lo. Uma variante que convém ter em conta é que, se queremos com mais força mudar o mundo, vamos entendê-lo. Isso não significa escutar uma palestra ou ler um livro, embora essas coisas às vezes ajudem. Aprende-se a participar. Aprende-se com os demais. Aprende-se com as pessoas com quem se quer organizar. Todos temos de alcançar conhecimentos e experiências para formular e implementar ideias.

O aspecto mais digno de entusiasmo do movimento Ocupar Wall Street é a construção de vínculos que estão se formando em toda parte. Esses laços podem se manter e expandir, e o movimento poderá dedicar-se a campanhas destinadas a porem a sociedade numa trajetória mais humana.

(*) Este artigo é uma adaptação de uma fala de Noam Chomsky no acampamento Occupy Boston, na praça Dewey, em 22 de outubro. Ele falou numa atividade de uma série de Conferências em Memória de Howard Zinn, celebrada pela Universidade Livre do Ocupar Boston. Zinn foi historiador, ativista e autor de *A People's History of the United States*.)

NOAM CHOMSKY é professor emérito de Linguística e Filosofia do Instituto Tecnológico de Massachusetts, em Cambridge, Massachusetts. É o maior linguista do século e um dos últimos anarquistas sérios do planeta. **CARTA MAIOR** (<http://www.cartamaior.com.br>), novembro de 2011.

Cor de Rosa para quem? (MALU FONTES)

SE ATÉ bem pouco tempo o câncer era uma doença cujo nome jamais se ousava pronunciar, a verdade é que hoje se perdeu o medo, se não da doença, pelo menos da palavra. Recentemente, todos os telejornais têm falado e muito da doença. Casos de personalidades e autoridades têm contribuído incessantemente para que o assunto tenha

Prof. Lucas Rocha

passado a ser abordado sem o tom de estigma que até bem pouco tempo marcava a patologia. No campo da política brasileira, os casos emblemáticos do ex-vice presidente José de Alencar e da presidente Dilma Roussef serviram como última fronteira para a abordagem sem tabus pela imprensa, mesmo porque o câncer que Dilma enfrentou tornou-se, de forma direta e indireta, assunto até mesmo de campanha eleitoral.

Nos últimos meses, os casos do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, do ator Reinaldo Gianecchini e a morte de Steve Jobs ocuparam páginas e páginas, telas e telas na imprensa. Boa parte do mundo, aliás, só descobriu que tinha um pâncreas quando o mago da Apple morreu com um câncer no órgão. Entretanto, foi com o diagnóstico do câncer de laringe do ex-presidente Lula que o assunto foi parar nos assuntos mais citados na imprensa e mais comentado nas redes sociais. Como todo bom assunto que hoje se preza, o diagnóstico do presidente ganhou fertilidade e amplitude máxima de comentários foi mesmo nas redes sociais, onde a censura é frouxa ou inexistente e onde ninguém se sente constrangido de mostrar o pior de si quando se trata de manifestar as paixões e os ódios pessoais.

PIADAS - Sim, o diagnóstico de Lula foi imediatamente transformado em cobertura nacional por parte da imprensa e na mesma velocidade e escala foi transformado em uma série de piadas de muito mau gosto, parodiando as campanhas de advertência do Ministério da Saúde e transformou-se também em briga política entre os aficcionados contra e a favor de Lula, em torno de uma suposta incoerência ou contradição do ex-presidente, que sempre elogiou o Sistema Único de Saúde, mas que na hora em que a saúde lhe fez falta correu para um dos melhores e mais caros hospitais privados do país.

Na esteira e na histeria dos ataques feitos ao fato de Lula se tratar no Hospital paulistano Sírio Libanês, não faltaram também as lembranças, por parte da imprensa, de que o ex-vice-presidente José Alencar, embora tenha virado nome de um centro de tratamento público de câncer em São Paulo, em vida, na sua hercúlea luta contra a doença, nunca colocou o pé em um serviço público de oncologia. Alencar, assim como qualquer autoridade ou homem de sua posição sócio-econômica (um dos empresários mais ricos do Brasil), sempre teve à sua disposição ao longo das 17 cirurgias a que se submeteu, entre 1997 e 2011, não apenas os melhores hospitais e serviços privados de oncologia no Brasil, mas também os melhores e mais caros centros de excelência de tratamento da doença no exterior.

IGREJINHA - No contexto da repercussão do diagnóstico da doença do ex-presidente na imprensa, na televisão, e, sobretudo, diante no circuito extra-imprensa, representado pelas redes sociais quanto a alegada incoerência de Lula ao recorrer aos serviços sofisticados e ágeis de um hospital privado e não ao SUS, uma coincidência merece ser lembrada. Durante todo o mês de outubro, a televisão veiculou, em todo o País, a campanha Outubro Rosa, que consistia em convidar de modo extremamente carinhoso e acolhedor todas as mulheres brasileiras a irem a um serviço médico fazer uma mamografia para prevenir o câncer de mama.

Até aí, tudo lindo. Mais lindas ainda eram as matérias Brasil afora mostrando determinados pontos turísticos de cidades do Oiapoque ao Chuí iluminados de rosa, do Cristo Redentor à torre da igreja de cidades onde o vento faz a curva, passando pelas esculturas rechonchudas de Eliana Kertesz, as Meninas do Brasil, em Ondina, Salvador. Mas, assim como nos elogios de Lula à eficiência do SUS, será que, no mantra midiático do Outubro Rosa, não faltou dizer a todas as mulheres que decidem, ou pior, que precisam fazer uma mamografia, onde estavam os serviços públicos cor de rosa onde elas encontrariam um mamógrafo funcionando e um mastologista para atendê-las e, se fosse o caso, para tratá-las com a celeridade que a doença exige?

Para quais mulheres brasileiras havia mesmo esse outubro cor de rosa que permitisse aceitar o convite bonitinho, encampado por atrizes, cantoras e primeiras-damas bem intencionadas, para cuidar da prevenção da saúde, fazendo uma mamografia? Faltou dar o endereço do serviço público onde fazer o exame. Para driblar o câncer, é necessário muito mais que campanhas publicitárias coloridas e boas trilhas sonoras.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em **06 de novembro de 2011, no jornal A Tarde**, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Disneylândia de Jesus (LUIZ FELIPE PONDÉ)

O MUNDO ACABOU. Não viaje. Assista a filmes em casa ou vá para cidades sem graça do interior. O mundo foi tomado por um tipo de praga que não tem solução: os gafanhotos do sucesso da indústria do turismo. O horror começa nos aeroportos, que, graças ao terrorismo fundamentalista islâmico, ficaram ainda piores com seus sistemas de segurança infernais. Esse mesmo terrorismo fundamentalista que faz as "cheerleaders" dos movimentos sociais sentirem "frisson" de prazer na espinha. Uma grande figura do mercado de análise de comportamento me disse recentemente que, em poucos anos, só os pobres (de espírito?) viajarão.

Tenho mais certeza disso do que da aritmética de $2 + 2 = 4$. Aeroportos serão o último lugar onde você vai querer ser visto. Gostar de viajar hoje pode ser um forte indício de que você não tem muita imaginação ou opção na vida. Veja, por exemplo, o que aconteceu com os lugares sagrados de Jerusalém. Aquilo virou uma Disneylândia de Jesus. Imagino que, dentro de alguns anos, teremos atores fracassados do Terceiro Mundo vestidos de Judas-Patetas,

Maria-Branca de Neve, Tio Pôncio-Patinhas, Pedro-Duck e, é claro, Mickey-Jesus-Mouse.

Locais religiosos sempre atraíram todo tipo de histeria. A proximidade com ela pode fazer você duvidar da existência de Deus. Ateus são fchinha em comparação à histeria religiosa como argumento contra a viabilidade de um Deus bom e generoso. Nesse caso, a náusea faz de você um ateu.

Às vezes, tristemente, a diferença entre visitas belas a locais sagrados parece ser apenas o número maior ou menor de nossos semelhantes crentes em Deus.

Ou, dito de outra forma, o inferno é um lugar onde tem muita gente em surto místico. Jesus deve ter uma paciência de Jó, com seus fiéis cheios de máquinas digitais e filmadoras chinesas querendo devassar a intimidade de sua mãe e de seus discípulos mortos já há tantos séculos. Aliás, estou seguro de que, em breve, Jesus será "made in China", "at last". Se assim acontecer, terão razão aqueles que afirmavam ter sido ele um Messias "fake"?

Pessoalmente, torço para que Jesus sobreviva a essa "nova paixão", por obra da qual ressuscitar deverá ser algo como um show de efeitos especiais feitos por computação gráfica barata. Os fiéis pós-modernos deram um novo significado à expressão nietzschiana "Deus está morto". Nesse caso, Deus virou batata chips de free shop. No início dos anos 90, ainda era possível ir à catedral de Córdoba, na Espanha, e experimentar sua beleza moura. Já em meados dos anos 2000, ela era um terreno baldio para as invasões de gafanhotos.

Hoje, estive (escrevo dias antes de você ler esta coluna) na igreja da Agonia, em Jerusalém, conhecida também como igreja de Gethsêmani, local onde Jesus teria suado sangue antes de ser preso. Um belíssimo local. Em seguida, alguns passos descendo a ladeira do monte das Oliveiras (onde fica Gethsêmani), fui a outro local, maravilhoso, que não vou dizer qual é porque espero que ninguém fique sabendo; assim, quem sabe, esse lugar ainda durará algum tempo antes de virar mais um Hopi Hari de Jesus com seu ruído de famílias de classe média em excursões místicas.

É importante dizer que já fui a esses locais inúmeras vezes e que, portanto, tive o desprazer de ver Jerusalém virar uma cidade devastada pela horda de tarados com máquinas digitais e filmadoras chinesas. Além de suas camisetas com slogans pela paz mundial. Depois da destruição de Jerusalém pelos romanos por volta do ano 70 d.C., vemos agora a infestação da cidade santa pelos histéricos pentecostais e seus berros em nome do Espírito Santo.

Além, é claro, dos judeus ortodoxos obsessivos mal-educados e dos muçulmanos fanáticos com seu grito bárbaro "Allah Akbar" (Deus é grande). A população secular de Jerusalém é cada vez mais oprimida pelos homens de preto da ortodoxia judaica.

Alguns desses são mesmo contra o Estado de Israel, porque só o Messias pode reconstruir o "verdadeiro Estado judeu". Acho que deveriam ser todos despachados para o Irã. Enfim, um filme de horror estrelado por fanáticos, batatas e patetas.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, novembro de 2011.

Presos no mundo soltos na rede (ROSELY SAYÃO)

UMA PESQUISA apontou, em 2005, as crianças brasileiras como as que mais assistiam à televisão. Será que a situação mudou de lá para cá? Ou nossas crianças continuam campeãs nessa modalidade? Pode ser que tenham trocado a televisão pelo computador, porque uma pesquisa atual revelou que nossas crianças são as que acessam as redes sociais mais cedo. Ou será que somaram as horas em frente à TV com as horas diante do computador?

Muitas crianças, aos nove anos, já tinham telefone celular e o usavam com intimidade. Agora, com essa mesma idade, muitas já possuem vários outros aparelhos, com funções variadas. O tablet é apenas mais um deles que permite acesso à internet.

Criar páginas e perfis em sites de relacionamento é uma entre as várias atividades que os mais novos podem realizar na internet. O curioso fica por conta de um detalhe: esses sites não são indicados para crianças. Pelo menos, não para as que têm menos de 13 anos. Muitos insistem que nossas crianças se mostram cada vez mais precoces. Apostam que elas sabem o que querem, que usam todos os recursos da informática de forma até melhor que os próprios pais e outros adultos da família, que têm vida social intensa etc.

Por outro lado, com a violência urbana, as crianças têm sido cada vez mais tuteladas em sua relação com o mundo real. Os pais temem que seus filhos transitem pelo mundo público desacompanhados. Desse modo, crianças e adolescentes vão de casa para a escola sempre levados pelos pais ou por seus substitutos, assim como para festas e outros locais que frequentam. Mas, nesses locais, ficam sozinhos ou com seus grupos. É comum vermos grupos de crianças entre nove e 12 anos nos shoppings sem a companhia de adultos, não é?

O mais provável é que seus pais as levem até lá e marquem uma hora para buscá-las depois que a programação planejada terminar. Mas, nesse intervalo de tempo, as crianças ficam sozinhas. Como o local é fechado, os pais consideram a situação segura. Da mesma maneira, consideram segura a relação dos filhos com a internet.

Mesmo com todos os alertas que têm sido dados, o mundo virtual parece bem menos ameaçador do que o real, para os pais. Agora, vamos juntar algumas informações que temos. Escolas têm tido dificuldade para contribuir

positivamente com a socialização de seus alunos no espaço público. A explosão de pequenas violências entre eles no espaço escolar -fenômeno que tem sido chamado de bullying indiscriminadamente- é uma prova disso.

Além disso, a própria competição escolar por boas colocações, classificação etc. em nada ajuda na socialização dos mais novos. Quanto aos pais, esses socializam seus filhos para o convívio no espaço privado, que é marcado pela afetividade. E, nas cidades, não há outro espaço além da escola que tenha a função de contribuir de maneira educativa com o processo de socialização dos mais novos.

Isso significa que eles têm crescido sem aprender, no conceito e na experiência, a conviver respeitosamente com o outro com quem não tenha vínculos afetivos. E tem mais: também não aprendem a proteger a sua intimidade e a sua privacidade. Aliás, talvez nem aprendam o sentido disso.

E, quem não aprende a ter habilidade social no mundo real, como poderá ter habilidade no mundo virtual? Precisamos pensar nisso antes de considerar os inúmeros e reais benefícios que as crianças podem colher no mundo da internet.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha). **Folha de São Paulo, novembro de 2011.**

A importância de se prevenir contra o HPV (JAIR BOUER)

NOS ÚLTIMOS MESES, várias pesquisas confirmaram a relação que existe entre o vírus HPV e uma série de tipos de câncer em áreas do corpo relacionadas à prática sexual. É claro que os jovens aparecem como foco de atenção nessa situação.

Explico melhor: há muito tempo já se conhecia a forte associação do HPV (papilomavírus humano) com o câncer de colo de útero. Por isso, mulheres que têm vida sexual ativa precisam fazer visitas periódicas ao ginecologista para colher o exame de papanicolaou (que analisa células da vagina e do colo) e fazer a colposcopia (exame para visualizar pequenas lesões).

Estudos recentes mostram agora uma relação do HPV com casos de câncer de ânus (não apenas em quem pratica sexo anal), de cabeça de pênis (glande) e de boca e garganta em mais jovens (principalmente em quem faz sexo oral sem proteção com vários parceiros). Moral da história: alguns tipos desse vírus têm capacidade de induzir, com o tempo, transformações nas células que podem levar a um câncer.

Detalhe: são mais de cem tipos de HPV, e só alguns deles têm esse potencial oncogênico (de causar câncer). Outros tipos podem provocar verrugas na região genital (crista de galo ou condiloma), que também devem ser tratadas porque são sexualmente transmissíveis. As verrugas aumentam o risco de se adquirir outras DSTs. Sexo com proteção (camisinha) diminui muito a chance de se contaminar com HPV, mas não zera esse risco, já que o vírus pode estar fora da área de proteção do preservativo (no saco escrotal, por exemplo).

Há algum tempo existem também vacinas, que agora podem ser tomadas por garotos e garotas entre nove e 26 anos, de preferência antes do início da vida sexual, para diminuir o risco de infecção pelos tipos mais agressivos do vírus. São três doses, por R\$ 1.500. Para ampliar a prevenção, independentemente de você ser homem ou mulher, de fazer sexo com quem quer que seja, procure seu médico com regularidade para fazer os controles necessários.

jbouer@uol.com.br - **Folha de São Paulo, novembro de 2011.**

Visita a Berlim (CONTARDO CALLIGARIS)

1) A Stasi (Staatssicherheit, polícia de Segurança de Estado da Alemanha Oriental) era terrível, absurda e inventiva (cf. o maravilhoso filme "A Vida dos Outros", de F. H. Von Donnersmarck). Em Berlim, professores de escola média eram encorajados a pedir que os alunos desenhasssem sua família ao redor da mesa do jantar.

Esse dever de casa não servia para afirmar o valor da coesão vespertina do lar. De fato, pedia-se que o televisor ligado fizesse parte da cena representada: por mais que o desenho das crianças fosse primário, ele revelaria qual era o telejornal ao qual os pais assistiam.

Podia ser "Aktuelle Kamera" (câmera atual), instrumento de propaganda do regime comunista da Alemanha Oriental, ou "Tagesschau", (visão do dia), produzido para um consórcio de televisões públicas da Alemanha Ocidental. Ambos os programas eram de transmissão aberta, por antena, e não havia como saber quem assistia ao quê. Achou-se o jeito: transformar as criancinhas em espiões de seus próprios pais.

2) A melhor salada de batatas de Berlim talvez se encontre na cantina frequentada por técnicos e atores do Berliner Ensemble, o teatro onde Bertolt Brecht se instalou depois da Segunda Guerra.

A própria costeleta empanada e frita, a Wiener Schnitzel, não é nada má (uma Wiener Schnitzel é diferente de uma milanesa: a milanesa é sempre com osso e é fritada na manteiga, nunca na banha). À força de frequentar a cantina do Berliner Ensemble, dei-me conta de que o teatro surge a poucas centenas de metros da estação de Friedrichstrasse -basta atravessar o rio Spree.

Na época do Muro, a estação de Friedrichstrasse era a única pela qual era possível transitar de trem entre Berlim Ocidental e Berlim Oriental -por lá, solicitando e obtendo (coisas distintas) as necessárias autorizações, comprando moeda oriental a um câmbio extorsivo, pagando o visto etc., alguém do Oeste podia entrar em Berlim Leste, de trem, e permanecer por um período muito limitado.

O edifício onde esse trânsito acontecia, e, por extensão, a estação de Friedrichstrasse inteira, era chamado de Tränenpalast, palácio das lágrimas, por causa do choro de parentes, amigos e amantes que lá se separavam, por causa da angustiante espera (horas, às vezes) de quem parecesse não ter todos os seus papéis em regra ou tivesse permanecido mais do que o permitido e também pelo choro dos cidadãos de Berlim Leste que, despedindo-se de seus queridos, lembravam-se de que eles viviam numa prisão.

Isso, Brecht, na época em que dirigia o Berliner Ensemble, não tinha como não ver. Certo, não se sabe o que ele realmente pensou sobre a revolta antistalinista de junho 1953 na Alemanha Oriental, embora sua posição oficial tenha sido a que o regime esperava. De qualquer modo, Brecht entrou no novo edifício do Berliner Ensemble, perto da estação de Friedrichstrasse, em 1954 e morreu dois anos mais tarde.

Mas a mulher dele, Helene Weigel, grande atriz, que dirigiu o Berliner Ensemble desde a morte do marido até a dela, em 1971, será que ela não via nada? É fácil não ver nada. Também é fácil ver e se calar.

3) Berlim é uma cidade tocante pelo desejo manifesto de não tapar os olhos e de não esquecer. Fiquei, nestes dias, no apartamento de uma amiga querida, em Schöneberg, perto de Bayerischer Platz: pelas ruas, a cada poucos metros, há placas que lembram coisas que aconteceram, justamente, enquanto os vizinhos não viam, ou preferiam não ver.

15/4/37: "Formaturas proibidas para judeus"; 21/2/39: "Os judeus devem entregar joias e objetos de ouro, prata, platina e pérolas"; 4/7/40: "Os judeus só podem comprar alimentos em Berlim das 4 às 5 da tarde". A existência dessas placas traduz um estado de espírito que faz de Berlim, hoje uma sociedade extraordinariamente livre, como só são livres as coletividades em que cada um é mais preocupado com a liberdade do vizinho do que com a sua própria. E faz todo sentido: a liberdade do vizinho (sobretudo se ele for muito diferente de mim) é sempre a melhor garantia de minha própria liberdade.

Viveremos livres (mesmo) quando houver religiosos fundamentalistas desfilando para o direito de prostitutas trabalharem na esquina de sua igreja. Ou quando houver praticantes de SM ou de swing defendendo o direito de um templo abrir suas portas ao lado dos clubes nos quais eles se reúnem.

ccalligari@uol.com.br - Folha de São Paulo, novembro de 2011.

Londres, 1348 (DRAUZIO VARELLA)

NESSE ANO, a peste negra invadiu Londres. Quando a epidemia arrefeceu, de um terço à metade da população havia sucumbido. Para impedir que os corpos fossem abandonados nas ruas e oferecer a oportunidade de funerais cristãos a tanta gente, Ralph Stratford, bispo da cidade, construiu dois cemitérios novos que funcionaram apenas durante a epidemia.

No auge da devastação, eram realizados 200 sepultamentos por dia nessas localidades. Apesar da pressa em enterrá-los, todos os corpos eram dispostos na direção leste-oeste, cobertos de carvão, provavelmente depositado com a finalidade de absorver os fluidos que os antigos imaginavam responsáveis pela transmissão da enfermidade. A urgência e a falta de espaço obrigavam a empilhá-los uns sobre os outros na mesma cova.

Situados em East e em West Smithfield, áreas hoje soterradas sob edifícios modernos no distrito financeiro da cidade, esses cemitérios foram escavados nos anos 1980. Os arqueólogos resgataram 800 esqueletos, número correspondente a um terço dos que jazem no local. A peste negra teve origem no oeste da Ásia. Nos tempos de Justiniano, no século 6º, entrou por Constantinopla e se espalhou pela Europa e pelo Oriente Médio. Nos dois séculos seguintes, os surtos se sucederam impiedosamente. Depois, embora com menor frequência, ressurgiram até chegar ao século 19.

Boccaccio, no "Decamerão", assim descreveu o quadro clínico da doença: "De início, ela se manifesta pela emergência de certos tumores nas axilas ou nas virilhas, alguns dos quais crescem até atingirem o tamanho de uma maçã, outros o de um ovo". Em 1894, Alexander Yersin identificou a Yersinia pestis, causadora da peste bubônica. De início, a bactéria foi apontada como agente etiológico da peste negra e de outras catástrofes epidêmicas. Mais recentemente, no entanto, surgiram dúvidas, porque as epidemias de peste bubônica, no século passado, foram menos mortais e se disseminaram mais devagar do que aquelas de peste negra.

Boccaccio relata que a morte ocorria três dias depois dos primeiros sintomas, eventualidade rara na peste bubônica. Um vírus como o Ebola ou a bactéria causadora do Antrax provocariam enfermidades mais semelhantes. A partir de 2000, pesquisadores europeus tentaram recuperar o genoma da bactéria causadora da peste negra, nos dentes de esqueletos de pessoas que teriam morrido da doença. A tarefa tem sido árdua, porque separá-la das provenientes do solo é como encontrar agulha no palheiro.

Prof. Lucas Rocha

Depois de muita controvérsia, foram identificadas sequências de DNA da *Yersinia pestis*, em diversos ossos enterrados em East Smithfield. A descoberta mostrou que a responsável pela peste bubônica também esteve envolvida nas epidemias de peste negra. A *Yersinia pestis* dos tempos modernos teria emergido por mutações ocorridas no século 14, enquanto a peste negra assolava a Europa.

O genoma da *Yersinia* moderna sofreu poucas mutações nos últimos 660 anos. Nenhuma de suas características, entretanto, consegue explicar por que seus ancestrais eram tão virulentos. Há muito interesse em modificar os genomas das espécies atuais para ressuscitar o da bactéria da peste negra. Não há perigo, porque essas pesquisas são realizadas em laboratórios acadêmicos de segurança máxima. Ainda que ocorresse alguma infecção acidental, a peste negra seria facilmente curável com antibióticos.

A bactéria da peste negra trazida para a Europa pelos soldados que retornavam do mar Negro teve aliados importantes: a desnutrição, o frio e o clima úmido. É possível que não tenha sido espalhada apenas pelas pulgas dos ratos, mas também por outros animais. Assim como a gripe espanhola que matou 100 milhões de pessoas contou com a ajuda de bactérias causadoras de pneumonia, é possível que outros agentes tenham cooperado com o da peste negra.

Os métodos de sequenciamento de DNA hoje disponíveis permitem conhecer os agentes etiológicos das epidemias do passado, suas relações evolutivas com os patógenos atuais e com aqueles que provocarão as epidemias do futuro. Como diz Ewen Callaway, na revista "Nature": "Epidemias catastróficas são a regra na história humana, não as exceções".

Folha de São Paulo, novembro de 2011.

A large, stylized signature of 'Lucas Rocha' in a light blue, cursive font with a thick outline, set against a white background.